

CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SR. JAIR MENEGUELLI)

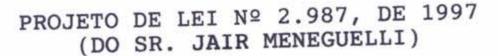
DESARQUIVADO

ASSUNTO:

Dispõe sobre a suspensão temporária da obrigator pagamento de taxas, impostos, tarifas e financiamento pelos trabalhadores desempregados.	riedade os públic	do os
DESPACHO: 15/04/97 - (AS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMI	NISTRACIO	F
SERVIÇO PUBLICO; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (AF DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 24, II)	T. 54):	F
AO ARQUIVO DISTRIBUIÇÃO		
Ao Sr	, em	19
O Presidente da Comissão de		
Ao Sr	, em	19
O Presidente da Comissão de		
O Presidente da Comissão de		
O Presidente da Comissão de		
Ao SrO Presidente da Comissão de		
Ao Sr		
O Presidente da Comissão de Ao Sr		
O Presidente da Comissão de		
Ao Sr		
O Presidente da Comissão de		
O Presidente da Comissão de		

CÂMARA DOS DEPUTADOS

and water





Dispõe sobre a suspensão temporária da obrigatoriedade do pagamento de taxas, impostos, tarifas e financiamentos públicos pelos trabalhadores desempregados.

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇÕ PÚBLICO; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54); E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

devidamente comprovada, gozarão do benefício de suspender temporariamente pelo prazo de 12 (doze) meses, o pagamento de Taxas, Impostos, Tarifas e financiamentos Públicos, sem que lhes sejam interrompidos os correspondentes serviços promovidos pelo Poder Público.

Parágrafo Único - O benefício do *caput* somente se aplica aos trabalhadores que não dispuserem de qualquer remuneração assalariada por prazo superior a 90 (noventa) dias do término do último vínculo empregatício.

Artigo 2º - Vencido o prazo de doze meses, mencionado no artigo 1º, supra, o beneficio cessará, mediante o parcelamento da dívida a ser negociada com as empresas concessionárias e órgãos públicos envolvidos.

Parágrafo Único - O prazo do beneficio poderá ser prorrogado por mais 6 (seis) meses, no caso do beneficiário permanecer desempregado.

Artigo 3º - Os consumidores beneficiários, mencionados no artigo 1º supra, ficam isentos do pagamento de multas por atraso, juros e correção monetária.

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1997.

Mbonog woll

PL.-2987/97

Autor: JAIR MENEGUELLI (PT/SP)

Apresentação: 15/04/97 Prazo:

Ementa: Projeto de lei que dispõe sobre a suspensão temporária da obrigatoriedade do pagamento de taxas, impostos, tarifas e financiamentos públicos pelos trabalhadores desempregados.

Despacho: Às Comissões: Art. 24,II

Trabalho, de Adm. e Serviço Público

Finanças e Tributação (Art.54,RI)

Const. e Justica e de Redação(Art.54,RI)

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO 50° LEGISLATURA - 3° SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 2.987/97

Nos termos do art. 119, **caput**, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 04/06/97, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao Projeto.

Sala da Comissão, em 12 de junho de 1997.

Talita Yeda dé Almeida

Secretária

Defiro, nos termos do art. 105, Parágrafo Único, do RICI o desarquivamento das seguintes proposições: PD 371/97, PL's: 691/95, 2987/97, 3456/97, 4205/9 4495/98, 4671/98, 4863/98. Publique-se.

Em 25/02 199

PRESIDENTE

Requerimento Nº de 1999 (Do Sr. Jair Meneguelli)

Requer o desarquivamento de proposições

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a V. Exa. o desarquivamento dos projetos de lei de minha autoria, abaixo relacionados:

. PDC 371/97

. PL 691/95

. PL 2987/97

. PL 3456/97

. PL 4205/98

. PL 4495/98

. PL 4671/98

. PL 4863/98

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 1999

Deputado Federal

GER 3.17.23.004-2 (JUN/96)

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 2.987/97

(Apensado o Projeto de Lei nº 4.083/98)

Nos termos do art. 24, § 1º, combinado com o art. 166, e do art. 119, caput, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a reabertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 03/05/99, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas aos Projetos.

Sala da Comissão, em 11 de maio de 1999.

Anamélia R.C. de Araujo Anamélia Ribeiro Correia de Araújo

Secretária